

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 309 de 2013 que altera o § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar. CE PEC 309/13 – Seguridade social do catador

RELATÓRIO DE VIAGEM

Seminário de São Paulo sobre a PEC 309/13

São Paulo – SP, em 02/12/2014.

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 309 de 2013 que “altera o § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar” foi criada em 04/12/2013 e instalada em 21/05/2014.

Em reunião ocorrida no dia 04/06/2014 foi aprovado o requerimento nº 02/2014, do Senhor Padre João subscrito pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Renato Simões, para a realização de seminários nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, com o objetivo de discutir a inclusão do Catador de Material Reciclável no Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurado especial, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição 309/2013.

O Seminário de São Paulo foi realizado no dia 02/12/2014 no auditório plástico do Parque Anhembi na cidade de São Paulo. O evento contou com a presença do Deputado Padre João (PT/MG) e do Deputado Reginaldo Simões (PT/SP), relator da comissão.

O evento iniciou com a presença da Sra. Aline Souza, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável do Distrito Federal, que falou sobre a importância da aprovação desta proposta para os catadores.

O Deputado Padre João explicou detalhadamente os direitos e benefícios a serem adquiridos pelos catadores no caso de aprovação da PEC. Explicou o que é um segurado especial para a previdência social e da dificuldade em se aprovar uma mudança que irá beneficiar apenas uma categoria. Falou também sobre a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados e sobre os próximos passos necessários para a aprovação da PEC. O Deputado Renato Simões falou da dificuldade em se aprovar mudanças na constituição federal. Comentou sobre o trabalho da comissão especial e sobre a necessidade de mobilização da categoria para a aprovação da PEC. O relator disse que pretende apresentar seu relatório amanhã, dia 03/12, melhorando o texto da proposta inicial feita pelos 171 Deputados. Ressaltou a importância de ouvir a categoria para que possa receber argumentos em favor da aprovação da PEC. Por essa razão, convidou os catadores para participarem da reunião da comissão do dia 03/12 e convidou os presentes a falarem sobre a PEC 309.

A palavra foi franqueada a dez pessoas presentes à conferência, representantes do movimento dos catadores de diversas regiões do país. O Senhor Dorival, de Santa Catarina, falou da importância da mobilização da categoria para aprovação da proposta. O senhor César, do Ceará, ressaltou que a não aprovação da proposta representa uma injustiça com quem trabalha de sol a sol e não tem direito a uma aposentadoria digna. A senhora Eugênia, do Mato Grosso, congratulou os Deputados presentes ao evento e solicitou que todos os membros da comissão votem pela aprovação da PEC. A senhora Mara Sueli, de Minas Gerais, disse que o trabalho do catador para o país é tão importante quanto o trabalho realizado pelos pescadores. O senhor Armando, de São Paulo, falou da insalubridade do trabalho do catador e da discriminação que a categoria sofre, destacando a necessidade de mobilização da categoria para aprovação da proposta. O senhor

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 309 de 2013 que altera o § 8º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar. CE PEC 309/13 – Seguridade social do catador

Severino, da Paraíba, disse ter percorrido 3.000 km para estar presente ao evento e perguntou se seu estado seria contemplado na proposta que regulamenta a seguridade social do catador. A senhora Valquíria, do Mato Grosso, perguntou qual é a diferença entre o pescador e o catador. Disse não entender porque os catadores são discriminados uma vez que trabalham pela natureza e preservam o meio ambiente. A senhora Carmem, de Mato Grosso, disse estar indignada com a discriminação dos catadores e pediu a aprovação da PEC. O representante do Rio de Janeiro falou da necessidade de sensibilização dos Deputados para aprovação da PEC e pediu a valorização da categoria. O representante de Itajubá em Minas Gerais pediu que os órgãos públicos doassem as sucatas para que sejam reaproveitadas pelos catadores. A senhora Rejane, do Paraná, perguntou sobre o percentual a ser pago ao INSS pelas cooperativas, no caso da aprovação da PEC, alegando que as contribuições patronais da categoria precisam ser reduzidas. O senhor Alessandro, do Rio Grande do Sul, falou estar preocupado com a votação da PEC e pediu a mobilização da categoria. O senhor Ronei Alves, do Distrito Federal, agradeceu aos autores da PEC e perguntou se os representantes dos catadores poderiam participar da regulamentação da PEC, que precisará ser discutida posteriormente.

Vários dos presentes entregaram perguntas por escrito para os parlamentares. Diante disso, para responder aos questionamentos feitos pelo público, foi dada a palavra para os Deputados Padre João e Renato Simões.

O Deputado Padre João falou da objetividade de uma proposta de emenda à constituição e que a PEC 309/13 trata somente dos direitos previdenciários para os catadores. Explicou que o segurado especial não sofre desconto do INSS nos seus rendimentos e detalhou como é feita a composição dos membros de uma comissão especial.

O Deputado Renato Simões falou sobre a composição da comissão especial e sobre o processo de aprovação de uma PEC. Explicou que após a aprovação da proposta será necessária uma regulamentação do dispositivo para que ele possa entrar em vigor. Destacou o caso da PEC das domésticas, aprovada há um ano e ainda pendente de regulamentação e o caso da PEC do trabalho escravo, aprovada recentemente e que também necessitará de regulamentação.

Por fim, o Deputado Renato Simões ressaltou que a comissão especial está corrigindo um erro histórico de não reconhecimento dos direitos dos catadores, ressaltou a importância da mobilização da categoria junto aos membros da comissão para a aprovação da PEC e disse que ainda há muito trabalho pela frente. Agradeceu a presença de todos e pela oportunidade de participar do evento.

Nada mais havendo a tratar, o seminário foi encerrado.

Deputado Federal PADRE JOÃO